

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/1750</b>	<b>2335/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DU - [INTERNO]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**DECISÃO**

**Processo:** 31094/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

**FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS**

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/1729 de 16 de Janeiro de 2026.

**RESOLUÇÃO**

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

**Despachos**

- A 16/01/2026,  
"Subcrevo"

na qualidade de Diretor de Departamento:

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



PROCESSO: 31094/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-16520

REQUERENTE: ARNALDO COSTEIRA - IMOBILIÁRIA LDA

LOCAL DA OBRA: Rua Dr. Manuel Belo, freguesia de Adaúfe

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Especialidades

DU - DGPU [GP1]

**Informação Técnica:**

**1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO**

- 1.1. A entidade requerente, através do registo de entrada n.º 2026-E-RE-861, de 13/01/2026, apresenta os **projetos das especialidades**, relativos à obra de construção de habitação unifamiliar, piscina e muros de vedação, sita na Rua Dr. Manuel Belo, freguesia de Adaúfe, que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 2976/20250709, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 3253-P.

**2. ANÁLISE**

**2.1. Projeto de arquitetura**

- 2.1.1. O projeto de arquitetura, encontra-se aprovado por despacho de 30/09/2025.

**2.2. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica**

- 2.2.1. Apresentou projeto.

**2.3. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica**

- 2.3.1. Apresentou projeto.

**2.4. Projeto de instalação de gás**

- 2.4.1. Apresentou elementos a solicitar a isenção de projeto de gás, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro. Nos termos do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, são revogados os pontos 1 e 2, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, na sua atual redação, relativamente à obrigatoriedade de instalação de rede de gás.

**2.5. Projeto de abastecimento de água**

- 2.5.1. O projeto de abastecimento de água foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do registo de saída n.º 2026-S-RE-3408 de 16/01/2026.

**2.6. Projeto de águas residuais**

- 2.6.1. O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do registo de saída n.º 2026-S-RE-3408 de 16/01/2026.

**2.7. Projeto de águas pluviais**

- 2.7.1. Apresentou projeto.

**2.8. Projeto de arranjos exteriores**

- 2.8.1. Apresentou projeto.

**2.9. Projeto de infraestruturas de telecomunicações**

- 2.9.1. Apresentou projeto.



**2.10. Projeto de conforto térmico, incluindo pré-certificado energético**

2.10.1. Apresentou projeto.

2.10.2. Apresentou o pré-certificado energético, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro.

**2.11. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)**

2.11.1. Apresentou projeto.

**2.12. Projeto de instalações eletromecânicas de transporte de pessoas e/ou mercadorias**

2.12.1. Apresentou projeto.

**2.13. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios**

2.13.1. Apresentou ficha de segurança contra incêndios em edifícios.

**2.14. Projeto de condicionamento acústico**

2.14.1. Apresentou projeto.

**2.15. Operação urbanística com impacto relevante ou impacto semelhante a uma operação de loteamento?**

2.15.1. Não (nos termos do Artigo B-1/29.º do Código Regulamentar do Município de Braga – Regulamento n.º 973/2016 de 26 de outubro).

**2.16. Outros**

2.16.1. A declaração de responsabilidade dos autores dos projetos, nos termos do n.º 8 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, no que diz respeito aos projetos de especialidades, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

### **3. PROPOSTA**

---

3.1. Face ao atrás exposto, constata-se que o presente pedido se encontra corretamente instruído, pelo que se propõe o deferimento final do licenciamento da operação urbanística.

3.2. Após informação superior e despacho, a entidade requerente deverá ser notificada para, no prazo máximo de 1 (um) ano, requerer o pagamento das taxas e emissão do respetivo recibo de pagamento.

3.3. Dever-se-á informar, ainda, que nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença.

### **4. CONDICIONAMENTOS GERAIS**

---

4.1. As intervenções no domínio público deverão observar as seguintes condições:

4.1.1. Existindo postes/armários de redes de energia elétrica ou de telecomunicações cuja implantação se encontra afetada pelos alinhamentos projetados pela presente operação urbanística, compete ao requerente diligenciar a realocização dos mesmos junto das entidades competentes.

4.1.2. Será responsabilidade do requerente a execução de todas as infraestruturas necessárias para abastecer o edifício, nomeadamente relativas a comunicações, eletricidade, gás, abastecimento de água e águas residuais domésticas e pluviais, salvo se essas infraestruturas forem asseguradas pelas respetivas entidades. Em qualquer dos casos, devem encontrar-se concluídas antes das pavimentações a efetuar. Constitui responsabilidade do requerente a repavimentação dos arruamentos intervencionados, em conformidade com os regulamentos municipais aplicáveis, caso não seja assegurado pela entidade responsável pela instalação da infraestrutura.



- 4.2. Cumprimento em obra, do disposto no Decreto-Lei n.º 220/08, de 12 de novembro, relativamente à segurança contra o risco de incêndio, nomeadamente no que respeita às classes de resistência e reação ao fogo dos elementos e materiais de construção.
- 4.3. Cumprimento em obra dos requisitos previstos no Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro para a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD), bem como, efetuar e manter o registo de dados dos resíduos de construção e demolição (RCD), conjuntamente com o livro de obra, de acordo com o modelo publicitado no sítio da internet da ANR – Autoridade Nacional de Resíduos.
- 4.4. Cumprimento em obra, do disposto do Decreto-Lei n.º 90/2021 de 5 de novembro, relativamente à declaração da verificação da resistência à compressão do betão, a que se refere o n.º 6 do artigo 8.º, conforme modelo disponibilizado pelo LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, constante em anexo ao referido diploma.
- 4.5. A área a ceder ao domínio público (244.50 m<sup>2</sup>) deverá ser pavimentada e acabada pelo requerente, situação que será verificada aquando da realização da mera comunicação prévia para utilização (após operação urbanística sujeita a controlo prévio), devendo a mesma ser levada a registo predial.
- 4.6. Os trabalhos referidos anteriormente devem encontrar-se concluídos antes da realização da comunicação para utilização (após operação urbanística sujeita a controlo prévio).

## 5. INICIO DOS TRABALHOS

---

- 5.1. De acordo com o Artigo 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até cinco dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, nos termos do ponto n.º 30, do Capítulo VI, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

## DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

